

**Representações sociais sobre os pescadores em Regência – Linhares/ES -, no contexto das ações do programa de ressarcimento e indenização dos impactados pelo desastre da barragem de Fundão – MG.**

Elvis Moreira Xavier<sup>1</sup>

Universidade federal do Espírito Santo

**RESUMO:** Trata-se de um projeto de dissertação em andamento, ao qual o presente projeto de pesquisa está voltado para o estudo das ações que estão sendo implementadas visando à recuperação da bacia do Rio Doce, em face do desastre ambiental de Fundão em Minas Gerais, ocorrido em 05/11/2015. O objetivo da pesquisa é descrever as concepções e práticas sobre a família de pescadores, mediante a análise no protagonismo que seus usos e concepções desempenham na sua interlocução com os agentes privados (mineradoras), públicos (Estado) e a própria população afetada (comunidade), no distrito de Regência/Linhares-ES. Desse modo, o projeto tem como intuito de identificar as tensões e conflitos na população de pescadores do distrito, em face da implementação do programa de levantamento e de cadastro dos impactados e no programa de ressarcimento e de indenização dos impactados, que visa sanar os impactos do desastre socioambiental na comunidade. Trata-se de uma política pública que está sendo implementada pela fundação Renova, ente responsável por formular ações de reparação dos danos causados pelo desastre ambiental. Nesse sentido, o projeto tem a contribuir para a comunidade científica em torno da discussão em relação ao desastre socioambiental, no sentido de analisar a implementação dos programas de ressarcimento. E sua influência frente às relações sociais entre as famílias no âmbito interno, e seu processo de sociabilidade frente a outras famílias, com a própria fundação Renova e o Comitê Interfederativo (CIFs) no distrito de Regência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Família de pescadores; relações sociais; políticas públicas

**ABSTRACT:** It is a dissertation project in progress, to which the present research project is directed to the study of the actions that are being implemented aiming at the recovery of the *Rio Doce* basin, in the face of the environmental disaster of Fundão's dam in Minas Gerais, occurred on 11/11/2015. The objective of the research is to describe the conceptions and practices of the fisher family by analyzing their uses and conceptions in their interaction with the private (mining companies), public (State) agents and the affected population itself (community), in the district of Regência/Linhares-ES. Thus, the project aims to identify the tensions and conflicts in the population of fishermen in the district, in view of the implementation of the survey program and registration of those impacted and in the compensation and indemnity program of the impacted, which seeks to remedy the impacts of social and environmental disaster in the community. This is a public policy that is being implemented by the Renova Foundation, which is responsible for formulating actions to repair damages caused by the environmental disaster. In this sense, the project has to contribute to the scientific community around the discussion about the socio-environmental disaster, in order to analyze the implementation of compensation programs. And its influence on the social relations between families in the internal sphere, and its process of sociability with other families, with the Renova Foundation itself and the Interfederative Committee (CIFs) in the Regência district.

**KEYWORDS:** Fisher family; social relationships; public policy

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestrando pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFES).

## 1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa inscreve-se na agenda de pesquisa do professor Sandro José da Silva, dedicada ao estudo dos coletivos juvenis quilombolas e indígenas na interseccionalidade de gênero, raça e geração: mapeamento dos grupos, história de vida, trajetórias, mobilizações e articulações, vinculada ao projeto “Sem o rio e sem o mar: implementação de tecnologia social de governança participativa para políticas públicas de recuperação da Bacia do Rio Doce no Espírito Santo” (CAPES-FAPEMIG-FAPES-CNPq-ANA n° 06/2016). Trata-se de pesquisa voltada ao estudo das ações que estão sendo implementadas visando à recuperação da bacia do Rio Doce, localizada nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em razão do desastre ambiental de grandes proporções, causado pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Minas Gerais em 05/11/2015. Os múltiplos impactos decorrentes do desastre envolveram os territórios cortados pela bacia hídrica do Rio Doce, num trecho de quase 700 km, afetando as populações e o meio ambiente terrestre e marinho desta vasta região (IBAMA, 2015).

Dada à complexidade dos efeitos que incidem sobre os recursos hídricos e sobre o território da bacia do rio Doce e sua interação com as profundas desigualdades sociais e econômicas que caracterizam as formas de apropriação e usos desse território e seus recursos, emergem e se colocam em pauta de forma contundente a vulnerabilização das populações afetadas, sobretudo, daquelas menos favorecidas que sofrem profundas desigualdades e injustiças decorrentes da ação das empresas e corporações em geral, e em particular daquelas ligadas à mineração. Claro está que os aspectos relativos aos direitos humanos e sociais — que incluem perdas de diversas naturezas desde as sócio-econômicas passando pelas sócio-culturais, de salubridade, de saúde física e emocional, entre outras — compõem um campo de atenções e de ações que exigem esforços tanto de *recuperação, mitigação, remediação e reparação*, bem como, ações de *compensação*, tendo em vista a vulnerabilização e destruição dos meios de vida e de trabalho das populações afetadas, sobretudo das comunidades camponesas, de pescadores, tradicionais e indígenas que são as mais fragilizadas no âmbito da bacia do rio Doce.

Para recuperação e compensação destes múltiplos prejuízos e agravos foi instituído um Acordo denominado de Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)<sup>2</sup> entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e as empresas mineradoras envolvidas — Samarco S/A, Vale S/A e BHP Billiton, o qual foi assinado em 02 de março de 2016. A aprovação dos programas e ações previstos no referido acordo ficou a cargo de uma instância colegiada — o Comitê Interfederativo (CIF) — também criado pelo Acordo<sup>3</sup>. Este Comitê é presidido pelo IBAMA e conta com membros representantes do governo federal, dos governos de MG e ES e dos municípios atingidos pelo desastre, além de representante do Comitê da Bacia do Rio Doce, compondo um total de 12 assentos. E, para auxiliar o CIF no desempenho da sua finalidade de orientar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e validar a execução dos programas instituídos foi criado 10 (dez) instâncias colegiadas, denominadas de Câmaras Técnicas (CT's). Além disso, o TTAC criou também uma Fundação que será responsável pelo detalhamento e execução das políticas públicas previstas em forma de programas de ações. Neste sentido, foi proposto um conjunto de 41 (quarenta e um) programas definindo ações de reparação, mitigação e de compensação dos danos causados, estruturados em dois eixos: Socioeconômicos e Socioambientais.

Estes programas são detalhados e executados pela parte causadora do desastre, no caso as empresas Samarco S/A, Vale S/A e BHP Billiton, por meio da Fundação, já constituída como nome de Fundação Renova, e supervisionados pelo Comitê Interfederativo (CIF), instância também prevista no TTAC.

A pesquisa focalizará os mecanismos e procedimentos criados no contexto de implantação do *Programa de levantamento e de cadastro dos impactados e no Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados* (Clausulas 19 a 38) - cujo objetivo é a reparação e a compensação dos danos ambientais e socioeconômicos causados pelo desastre -, e como as famílias da região interagem frente a essa realidade.

O objetivo da pesquisa é descrever as concepções e práticas sobre a família de pescadores, mediante a análise no protagonismo que seus usos e concepções desempenham na

---

<sup>2</sup> Fonte, ver TTAC: <http://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/component/content/article/13-informativo/2891-sisema-no-cif-comite-interfederativo-c>

sua interlocução com os agentes privados, públicos e a própria população afetada. Nesse sentido, a pesquisa indaga sobre a organização social das famílias de pescadores inseridas na associação de pescadores de Regência e como elas interagem com a implementação do *Programa de levantamento e de cadastro dos impactados e no Programa de ressarcimento e de indenização dos impactados*.

## **2 OBJETIVOS**

- **Objetivo geral:**

O objetivo da pesquisa é descrever as concepções e práticas sobre a família de pescadores, mediante a análise no protagonismo que seus usos e concepções desempenham na sua interlocução com os agentes privados, públicos e a própria população afetada.

- **Objetivos Específicos**

1. Revisão de literatura sobre a concepção de família e políticas públicas.
2. Identificar a concepção de família dos agentes sociais inseridos neste processo de recuperação da bacia do rio Doce (Estado, empresas e comunidade);
3. Identificar quais são as narrativas e representações em torno da família;
4. Descrever o espaço social onde se materializa o conflito em torno dessa concepção de família.

## **3 JUSTIFICATIVA**

O desastre socioambiental de Mariana/Fundão acarretou em uma série de efeitos e conflitos de magnitude social, ambiental e econômica. Assim, modificando toda a dinâmica social presente nas regiões atingidas, principalmente nas comunidades ribeirinhas (MILANEZ, B.; LOSEKANN, *Orgs.*, 2016) e (ZONTA, M.; TROCATE, C. *Orgs.*, 2016).

Neste sentido, a presente pesquisa busca contribuir no sentido de olhar as tensões e conflitos existentes no âmbito das relações sociais. Em face, a implementação do *Programa de levantamento e de cadastro dos impactados e no Programa de ressarcimento e de indenização*

*dos impactados*. E de como essas famílias se interagem nessa nova dinâmica frente ao desastre socioambiental, e sua relação com os demais agentes sociais que são as empresas mineradoras como gestoras das ações de reparação dos danos que elas mesmas causaram. Do estado como mediador de conflitos e agente fiscalizador das ações da fundação Renova.

É necessário evidenciar as dimensões subjetivas de uma política pública sobre a população impactada, inseridas em um desastre ambiental. Dada à complexidade do desastre e seus terríveis efeitos imediatos, a implementação das ações indenizatórias não tiveram em seu início tamanha celeridade. Acarretando inúmeros conflitos tanto entre os impactados com a fundação Renova, quanto os indivíduos entre si presentes na comunidade (SILVA, M. Z. ; NETO, J. M. R.; CAYRES, D. C, 2017).

O objetivo do Termo de transação de ajuste e de conduta (TTAC) é justamente de dar celeridade e rapidez, em relação às resoluções de conflitos tenham um consenso em que ambas as partes saiam ganhando (VIÉGAS, et. al, 2014). Entretanto, em face das ações da fundação que estão em constante contestação por parte do Ministério público<sup>4</sup> e do próprio Comitê Interfederativo, em virtude dos descumprimentos do TTAC, no que se refere às políticas em fase de implementação (SILVA, M. Z. ; NETO, J. M. R.; CAYRES, D. C, 2017; LOPES, R. A. L., 2016).

A luz dos atípicos acontecimentos em decorrência do desastre socioambiental, e a total dependência da comunidade das ações da fundação Renova, a pesquisa focalizará as famílias dos pescadores com o intuito de produzir uma descrição das micro-interações no ambiente familiar, mas também no espaço público agenciado em função do desastre.

Anteriormente as famílias já estavam em situação de vulnerabilidade, haja vista o progressivo assoreamento do rio doce e as restrições, no que tange a cultura da pesca no distrito de Regência. Bem como a relação cognitiva e simbólica estabelecida pelos indivíduos com o espaço em que vivem antes do desastre socioambiental (MILANEZ, B.; LOSEKANN, *Orgs.*, 2016).

---

<sup>4</sup> Fonte: MPF: <http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/noticias-mg/mpf-entra-com-acao-para-total-reparacao-dos-danos-sociais-ambientais-e-economicos-causados-pelo-rompimento-da-barragem-da-samarco-1>

O projeto tem a contribuir para a comunidade científica em torno da discussão em relação ao desastre socioambiental, no sentido de analisar a implementação dos programas de ressarcimento. Ademais é na fase da implementação que as políticas públicas denotam seus impactos, frente ao objetivo proposto (SECCHI, 2010). E sua influência frente às relações sociais entre as famílias no âmbito interno, e seu processo de sociabilidade frente a outras famílias, com a própria fundação Renova e o Comitê Interfederativo (CIFs) no distrito de Regência.

## 4 FUDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 4.1 PERSPECTIVA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS

Um dos eixos temáticos deste trabalho é a implementação do *cadastro e do ressarcimento e indenizações* dos atingidos pelo desastre socioambiental de Mariana/Fundão. O programa é organizado e executado pela fundação Renova, desse modo, apesar de se tratar de uma fundação gerida por entes privados (empresas mineradoras) através da fundação, tal programa trata-se de uma política pública.

Nesse sentido, trata-se da formulação e implementação de políticas por meio de um conjunto de ações desenvolvidas com a ação direta ou indireta do Estado, frente às demandas coletivas de um determinado extrato, ou toda a sociedade. O conceito de políticas públicas é muito amplo como se refere à citação a seguir:

“Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.” (SOUZA, 2006, p. 24)

Há vários pensadores que possuem visões distintas sobre o que é política pública. O estudo sobre políticas públicas surgiu nos EUA, tendo como eixo principal a análise das ações

dos governos. Diferentemente, na Europa, estes estudos surgiram como desdobramentos de trabalhos acerca do Estado e do papel de uma de suas instituições, o governo, no que concerne ao seu protagonismo na formulação de políticas públicas (SOUZA, 2006).

Desse modo, segundo Souza (2006), a área de estudos sobre políticas públicas surgiu através de quatro “pais fundadores”, são esses: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Ora cada um desses fundadores introduziram termos, que convergem e divergem suas linhas de pensamento.

Como se trata de uma área bastante ampla que repercute em várias áreas da sociedade, a política pública incorpora conhecimentos de vários campos do saber científico, como economia, sociologia, ciência política, administração, entre outros. Cada área possui uma vasta contribuição para o campo de estudos empíricos a respeito das políticas públicas.

Nesse sentido, como a sociedade é heterogênea, e possui diferentes grupos, com demandas distintas e produz resultados e efeitos de um grupo que irradia em outro. Existem diferentes tipos de política pública, que inseridas no campo das múltiplas arenas, em que os atores se mobilizam, formam coalizões, grupos de interesse, para assim se mobilizarem, fazer política, convergir ou divergir com o que foi proposto (SOUZA, 2006). Para melhor compreendermos os tipos de política pública faz-se necessário elencar quais são os seus diferentes formatos. De acordo com Lowi *apud* Souza (2006):

“[...] Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.” (LOWI, *apud* SOUZA, 2006, p. 28)

De acordo com Secchi (2010) a implementação de uma política pública requer várias etapas, dentre elas é necessário em sua formulação conhecer o problema ao qual se dará o enfoque da política pública. Na tomada de decisão são definidas as formas de fazer, de escolher instrumentos que a viabilizam, e que constitui o campo da interação dos fatos e valores que são concernentes a tomada de decisões e do conhecimento. Da implementação, onde de fato a política ganha forma e impactos, sejam elas esperadas ou inesperadas, isso varia de acordo com as etapas anteriores. E a avaliação, nesta fase é onde os efeitos da implementação de determinada política pública são analisadas e das metas ao qual se propuseram chegar. E sua extinção, onde ali se avalia a eficácia ou não da política implementada.

#### **4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

A partir dos anos 30, o Brasil começou a desenvolver o perfil de uma sociedade urbano-industrial, potencializada a partir do pós-guerra. Segundo Bacelar (2003) até os anos 80 o Estado brasileiro se caracterizou de forma, conservadora, desenvolvimentista e pouco preocupado com as políticas de bem-estar social, apesar delas não serem totalmente esquecidas.

Desse modo, a partir da redemocratização e da promulgação da constituição cidadã em 1988, várias ações e políticas públicas começaram a ganhar forma, por exemplo, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Que universalizou o acesso à saúde no país, privilegiando as populações vulneráveis, contribuindo enormemente para a queda da mortalidade infantil (CARVALHO, 2002). Além de outras conquistas, como a universalização da educação básica, a queda do analfabetismo, e a democratização da participação cidadã com a abertura de conselhos, que proporcionaram melhorias sensíveis nos índices que medem a qualidade de vida.

Entretanto, foi a partir do governo Lula (2003-2010) que se intensificou a participação social em Instituições Participativas, principalmente aquelas voltadas para a inclusão social e combate a fome. Desse modo, a bolsa família pode ser exemplificado como uma política pública de larga escala, pois o número de beneficiários chega a aproximadamente 14 milhões



de famílias. O programa no decorrer de sua implementação, proporcionou melhorias substantivas na qualidade de vida e na queda da extrema pobreza (CAMPELLO & NERI, *Orgs.*, 2013).

Ademais, o bolsa família está integrada a um extenso programa de cadastro denominado CadÚnico, que em sua totalidade contempla cerca de 23 milhões de famílias (CAMPELLO & NERI, *Orgs.*, 2013). Que contemplam outras áreas de atuação dos programas sociais, como o Minha Casa Minha Vida, por exemplo, além do mais os programas evidenciaram sua eficácia no que tange aos resultados conquistados, como a queda da extrema pobreza, a ascensão de extratos sociais ao mercado de consumo.

Segundo Tomazini (2014), a formulação das políticas públicas de inclusão, de que trata o bolsa família, ainda na sua fase inicial de junção de programas anteriores, evidenciou a formação de grupos de interesse (coalizões) frente à criação do programa. Significa dizer que a formulação e a implementação de política pública geram inúmeros embates e tensões em torno dos diversos agentes que entram em relação neste processo.

Podemos exemplificar outros exemplos de políticas públicas que mostram resultados distintos em relação aos objetivos da política o que produz tensões e conflitos entre os agentes beneficiários e segmentos que se sentem excluídos da mesma. Um exemplo, a política de cotas que estabeleceu a inclusão indivíduos das classes vulneráveis ao ensino superior é um exemplo das tensões e conflitos gerados no âmbito mais geral da sociedade, sobretudo em relação aos grupos sociais que não são alvo desta política. Desse modo, políticas que atingem um número considerado de indivíduos, seja de um determinado extrato social, ou não, geram conflitos por parte de setores que se sentem excluídos ou prejudicados de alguma forma (GOMES, 2011).

#### **4.3 CARACTERIZANDO A PERCEÇÃO DE FAMÍLIA**

O segundo eixo temático desse trabalho é identificar as interações familiares de pescadores, no que se refere à implementação das políticas públicas de reparação no distrito de Regência-ES, e de como se constrói as interações e conflitos mediante a esse acontecido.

Nesse sentido, é necessário conceitualizar o termo família, no sentido de que trará inúmeras características acerca desse grupo social e de sua importância, frente ao objetivo da pesquisa que é identificar as suas concepções e de como elas se articulam, no contexto da tragédia socioambiental, com os agentes sociais inseridos (Estado, empresas mineradoras e comunidade).

A noção do que pode ser caracterizado como uma unidade familiar requer uma profunda imersão na literatura pertinente sobre o assunto. Dada à magnitude e as múltiplas características elencadas, podemos extrair uma gama de percepções acerca de como as relações familiares são importantes. Tanto na composição de suas relações entre os membros quanto a sua relação estabelecida com agentes exteriores a ela.

Nesse sentido, a definição de família segundo Bourdieu (1997), é um conjunto de indivíduos que possuem laços biológicos (filiação) ou simbólicos (casamento, adoção, etc), vivendo sob o mesmo teto. Todavia, essa definição requer algumas ressalvas, pois segundo o autor citado acima, essa definição é a dominante. Ademais, podemos categorizar o termo família como o “princípio da construção” da realidade social e coletiva, por se tratar de uma palavra de ordem pelo fato de que criar coisas.

Tal categoria exerce um papel fundamental para a manutenção do discurso sobre a ordem social, das estruturas dominantes e simbólicas da ordem universal, como se refere à citação a seguir:

“[...] De fato a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o ‘sujeito’ principal das estratégias de reprodução.” (BOURDIEU, 1997, p. 131)

Para Bourdieu a família seria uma espécie de instituição onde todas as interações que visam a sua constituição como uma entidade onde se estabelecem uma série de preceitos onde pressupõe haver união, integração, estável, que pressupõe garantir a criação de afeições e “obrigações efetivas” que são: amor (conjugal, paternal, maternal, fraternal, etc.).

Desse modo, podemos elencar uma série de características que permeiam o papel da família para a manutenção das relações existentes, como o papel do homem no seio familiar. Historicamente partiu do homem o protagonismo e a autoridade em sua dimensão simbólica, de ser o provedor e a “cabeça” da família. Bem como, através do trabalho como papel das relações nucleares onde cada indivíduo exerce sua função nessa teia de relações.

No caso brasileiro, a noção histórica de família perpassa pela dominação masculina frente ao papel da mulher e dos filhos, na composição da família e o papel de cada um. Nesse sentido, cada membro familiar passa ter o seu papel no que se refere à manutenção das relações existentes, como a dominação simbólica exercida pelo patriarca. E pela dominação frente aos demais membros da família. De acordo com a Araujo (1993) em sua pesquisa que evidenciou as transformações da noção de família no Brasil do século XIX, na transição para o período republicano. A autora evidenciou a histórica submissão e estigmatização da mulher na sociedade carioca, frente ao patriarcado no que concerne a sua dominação material e simbólica. E mesmo com as transformações preponderantes na sociedade capitalista no fim do século XIX e início do XX, a mulher detinha ainda o seu papel de submissão e opressão frente ao homem.

Desse modo, a família nesse período, principalmente as mais vulneráveis, detinham papéis específicos em sua estrutura interna. O trabalho era uma questão fundamental no que concerne a divisão de papéis tanto por parte do homem ao qual detinha a obrigatoriedade de trabalhar, em que essa premissa era repassada aos filhos.

Se o trabalho detinha um papel moral e simbólico de coerção dos indivíduos frente ao seu papel nas relações sociais existentes, como descrever tais relações nos contextos em que uma nova lógica de governo das rendas é estabelecida por um agente privado, como aquele definido pelo TTAC? Quais efeitos este “governo indireto” provoca nos agentes sociais, incluindo os comunitários e agentes públicos?

Em face das propostas da construção do cadastro e das recompensas financeiras que definiram a família como objeto de indenização, cabe indagar como tal formulação cegou a este ponto, identificando os agentes sociais que ajudaram em sua produção e cristalização em forma de documento firmado publicamente.

Isso, no entanto, deixa margens para as “famílias afetadas” reivindicarem sua inserção nas políticas de compensação e moverem-se em espaços socialmente reconhecidos para isso (COMEFORD, 1999, 2003). As assembleias, reuniões e mesmo o cotidiano das ruas e bares configuram o espaço social privilegiado para a construção de um discurso de resistência e manutenção do conflito (GOFFMAN, 1999; SIMMEL, 1903).

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração da presente pesquisa se faz necessário identificar qual a visão de família do Estado, da Fundação Renova e dos atingidos pelo desastre. Desse modo, em sua primeira etapa de formulação, a pesquisa será documental, que focalizará na Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial do Comitê Interfederativo (CIF). Responsável por orientar e fiscalizar a fundação Renova e garantir o cumprimento do TTAC, no que concernem as políticas de reparação de danos.

Como políticas de reparação e compensação de danos O TTAC definiu os seguintes programas denominados: *Programa de levantamento e de cadastro dos Impactados*, *Programa de ressarcimento e de indenização dos Impactados*, *Programa de Proteção Social* *Programa de Auxílio Financeiro Emergencial aos Impactados (Cláusulas 19 a 58 e 137 a 140 do TTAC)*.

Por meio da agência (ORTNER, 2006) da atuação da câmara técnica de auxílio emergencial e organização social, pretende-se identificar os critérios estabelecidos pela fundação Renova, no que se refere à seleção e recompensa de famílias a serem contempladas com o auxílio indenizatório, bem como o nível de conflito relacionado às tensões entre modelos hegemônicos e subalternos de família que estão em jogo na definição sobre quem tem mais e menos direitos (ARAÚJO, 1993; FONSECA & CARDARELLO, 1999).

Na presente proposta, o conflito adquire relevância dada sua capacidade produtiva nas relações sociais (SIMMEL, 1903). Apesar de uma visão negativa que se tem do conflito, ele pode em um contexto de mudança social, potencializar identidades (BARTH, 1969),

posições sociais em um campo político (BOURDIEU, 1989), bem como servir de contexto de agenciamento sociais (ORTNER, 2006).

Em sua segunda etapa será a pesquisa de campo, no distrito de Regência-ES, através do método etnográfico (Geertz, Peirano, Goldman, Malinowski, Elias), acredito que através da etnografia, será possível identificar e mapear as redes existentes (LATOUR, 2012), os mediadores que estabelecem as relações e significados através dos conflitos (SIMMEL, 1903) e das interações sociais (GOFFMAN, 1999) presentes nas famílias de pescadores presentes na associação do distrito, e de sua percepção de família. A luz da atuação da fundação Renova por parte da implementação dos dois programas objetos desta pesquisa. A abordagem metodológica será qualitativa por meio de entrevistas, tal instrumento de coleta de dados é bastante utilizado em pesquisas sociais, e sua utilização está pelo número de aspectos relevantes a serem extraídos (QUIVY, 1988) e a interação entre o pesquisador e os atores que estão inseridos no objeto estudado.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, B. M. R. *A Vocação do Prazer: A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Ricco, Rio de Janeiro, 1993.
- BACELAR, T. *As Políticas Públicas no Brasil: heranç as, tendências e desafios*. Programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BRASIL, Governo Federal, Governo de Minas Gerais, Governo do Espírito Santo e as mineradoras Samarco Mineração S/A, Vale S/A e BHP Billiton Brasil Ltda. *Termo de transação e ajustamento de conduta – TTAC*, homologado em 02 de març o de 2016.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora, 1996.
- BOURDIEU, P. & CHAMBOREDON, J.-C. & PASSERON, J.-C. *A profissão de sociólogo*. Preliminares epistemológicas. Petrópolis : Vozes, 2000.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 3<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

COMERFORD, J. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

COMERFORD, J. *Como uma família*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

FONSECA & CARDARELLO. *Direito dos mais e menos humanos*. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 83-121, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0083.pdf> <Acesso: 10/07/2017>

GOFFMAN, E. *A Representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo; Petrópolis, Vozes, 1999.

GOMES, C. A. *MÍDIA E AÇÃO AFIRMATIVA: o caso da implementação das cotas na UERJ*. V Jornada internacional de políticas públicas, 23-26 de agosto, São Luiz, Maranhão, 2011. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/IMPASSE\\_E\\_DESAFIOS\\_DAS\\_POLITICAS\\_DE\\_EDUCACAO/MIDIA\\_E\\_ACAO\\_AFIRMATIVA\\_O\\_CASO\\_DA\\_IMPLEMENTACAO\\_DAS\\_COTAS.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSE_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCACAO/MIDIA_E_ACAO_AFIRMATIVA_O_CASO_DA_IMPLEMENTACAO_DAS_COTAS.pdf) <Acesso em: 22/06/2017>

IBAMA. Diretoria de Proteção Ambiental. Coordenação Geral de Emergências Ambientais. *Laudo Técnico Preliminar*. Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Novembro de 2015. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_ibama.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_ibama.pdf) <Acesso 22/04/17>

LATOUR, B. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator Rede*. Salvador – Bauru: EDUFBA – UFSC, 2012.

LOPES, R. A. L. Caso do desastre socioambiental da Samarco: os desafios para a responsabilização de empresas por violações de direitos humanos. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016

ORTNER, S. *Poder e Projetos: Reflexões sobre a Agência* In: GROSSI, Miriam & ECKERT, Cornelia & Fry, Peter (Orgs) Conferências e Diálogos: Saberes e Práticas Antropológicas. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia-Goiânia, 2006.

QUIVY, R. e VAN CAMPENHOUDT, L. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

SECCHI, L. *Políticas Públicas Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. CENGAGE learning, São Paulo, 2010. Cap. 3: Ciclo de políticas públicas p. 33-60. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2395052/mod\\_resource/content/1/leonardo%20secchi\\_ciclo%20de%20politicass%20publicas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2395052/mod_resource/content/1/leonardo%20secchi_ciclo%20de%20politicass%20publicas.pdf) <Acesso em 28/06/2017>

SILVA, M. Z. ; NETO, J. M. R.; CAYRES, D. C. *Políticas Públicas e Participação Social na gestão de desastres socioambientais: o caso da Barragem de Fundão/MG*. III PDPP. Artigo de 2017

SIMMEL, G. *"The Sociology of Conflict"*. American Journal of Sociology. 1903. Disponível em [http://www.brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel\\_1904b.html](http://www.brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel_1904b.html) <Acesso em 28/06/2017>

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006

TOMAZINI, C. A disputa pela gestão e participação nas políticas de luta contra a pobreza, nos primeiros anos do governo Lula: o caso dos comitês gestores e do cartão alimentação. In. CARLOS, E. OLIVEIRA, *Sociedade civil e políticas públicas: atores e instituições no Brasil contemporâneo*. Chapecó: Argos, 2014

VIÉGAS, R. N. [et.al.]. *Negociação e acordo ambiental: o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como forma de tratamento dos conflitos ambientais*. Fundação Heinrich Böll; FASE e ETTERN/IPPUR. Rio de Janeiro, 2014.

ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). *Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/ Vale / BHP Billiton*. Marabá: Editorial iGuana, 2016